

A. I. N° - 018171.0004/02-0
AUTUADO - ALVES E DUTRA LTDA.
AUTUANTE - LENOIR CASTRO SANTOS
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 15.10.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0363-02/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a emissão regular do documento fiscal correspondente ao saldo apurado na Auditoria de Caixa, fica descaracterizada a acusação fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 24/01/2002, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, exige o pagamento da multa no valor de R\$600,00, sob acusação de descumprimento de obrigação acessória referente a falta de emissão de documentos fiscais nas operações de venda de mercadorias para consumidor final, conforme Termo de Auditoria de Caixa à fl. 03.

O autuado em sua defesa constante à fl. 13 dos autos argüiu a improcedência do Auto de Infração, sob alegação de que no momento da ação fiscal não foi verificado pelo preposto fiscal o talonário série única, no qual, consta que a importância encontrada no Caixa refere-se a venda efetuada no dia 22/01/02 a um comerciante inscrito, conforme Nota Fiscal nº 0005 (doc. fl. 16). Alega, ainda, que a fiscalização lhe causou danos mediante a bi-tributação da operação com a emissão de outra nota fiscal de igual valor no talão de vendas a consumidor através da Nota Fiscal nº 01734 (doc. fl. 17).

Na informação fiscal à fl. 26, o autuante esclarece que sua ação fiscal foi realizada em cumprimento a operação de monitoramento de empresas, cujo trabalho ressalta que são fiscalizadas várias empresas no curto prazo de tempo, o que impossibilita efetuar uma pesquisa no cadastro da SEFAZ visando a obtenção de informações fiscais sobre os contribuintes. Quanto a alegação defensiva, o autuante informa que no momento da ação fiscal somente foi apresentado o talonário de notas fiscais série D-1, e que não deve ser acatada a Nota Fiscal nº 005, série única, apresentada na defesa para comprovar o saldo apurado na auditoria de Caixa, tendo em vista que a mesma teve a sua apresentação posterior a lavratura do Auto de Infração, com a intenção de anular a autuação, tornando-a inidônea conforme disposto no artigo 209, inciso VI do RICMS/97.

VOTO

A multa de que cuida os autos foi aplicada em razão de descumprimento de obrigação acessória, relativa a falta de emissão de documentos fiscais nas operações de vendas de mercadoria a consumidor final, tomando por base o Termo de Auditoria de Caixa à fl. 03, lavrado pelo preposto fiscal Carlito Leão da Silva.

Da análise dos documentos que compõem o processo, notadamente o referido Termo de Auditoria de Caixa, verifica-se que foi apurado saldo positivo de numerário de Caixa no dia 22/01/2002, no valor de R\$ 119,66, correspondente ao saldo anterior de R\$ 30,00 mais R\$ 156,80 em espécie, totalizando a cifra de R\$156,80, e deduzido o valor de R\$ 6,34 referente a nota fiscal de venda a consumidor.

Na defesa apresentada pelo autuado, foi apresentada para elidir a acusação fiscal a Nota Fiscal série única nº 0005 (doc. fl. 16) datada de 22/01/2002, no valor correspondente a diferença encontrada no Caixa.

Considerando que a ação fiscal que ensejou a lavratura do Auto de Infração objeto deste processo decorreu de operação de monitoramento de empresas, caberia ao preposto fiscal autuante ter pesquisado no SIDAT da SEFAZ quais os talonários autorizados, e ao se dirigir ao estabelecimento autuado deveria proceder ao trancamento das notas fiscais em todas as séries fiscalizadas.

Desta forma, entendo que deve ser acatada a comprovação através da nota fiscal apresentada, eis que esta foi emitida no dia 22/01/02, na mesma data em que foi lavrado o Termo de Auditoria da Caixa lavrado por outro preposto fiscal, ficando, assim, descaracterizada a acusação fiscal.

Ante o exposto, restando comprovada a regular emissão da nota fiscal correspondente ao valor encontrado no caixa, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 018171.0004/02-0**, lavrado contra **ALVES E DUTRA LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de outubro de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BACELAR – RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR